



Simulado Final

TJ PA

Oficial De Justiça Avaliador
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TJ-PA (Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-PA**, cargo de **Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/cpqGrr5n5dii7zjJ6>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/8kES>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***CRÔNICA DE 19 DE MAIO DE 1888**

Eu pertenço a uma família de profetas *après coup, post factum*, depois do gato morto, ou como melhor nome tenha em holandês. Por isso digo, e juro se necessário for, que toda a história desta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos. Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar.

Neste jantar, reuni umas cinco pessoas, a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico. No meio do jantar, levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que acompanhando as ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas ideias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado.

Pancrácio, que estava à espreita, entrou na sala, como um furacão, e veio abraçar-me os pés. Um dos meus amigos (creio que é ainda meu sobrinho) pegou de outra taça, e pediu à ilustre assembleia que correspondesse ao ato que acabava de publicar, brindando ao primeiro dos cariocas. Ouvi cabisbaixo; fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo.

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda gente que dele teve notícia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposições) é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à

lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: *és livre*, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu.

(ASSIS, Machado de. Crônica de 19 de maio de 1888. In: **Bons dias**. Disponível em: <<https://rodrigomutuca.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/03/crc3b4nica-de-19-de-maio-de-1888-machado-de-assis.pdf>>. Adaptado.)

1. Compreende-se no texto que o autor alforriou o escravo Pancrácio como resposta direta à aprovação da Lei de 13 de maio.
2. Conclui-se a partir do texto que o narrador deseja construir uma imagem de si mesmo como político visionário, embora haja indícios de ironia em sua autovalorização.
3. De acordo com o texto, o jantar promovido pelo narrador teve como objetivo simbolizar o gesto de libertação do escravo e transmitir uma imagem de virtude.
4. Predomina no texto a tipologia argumentativa, uma vez que o narrador defende a antecipação da liberdade dos escravos como ato político legítimo.
5. No trecho “entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração” (terceiro e quarto períodos do terceiro parágrafo), a ausência de conectivo explícito entre os períodos não compromete a coesão, mas prejudica a progressão textual.
6. Na oração “e entreguei a carta ao molecote” (terceiro período do terceiro parágrafo), seria gramaticalmente correta a substituição de “ao molecote” por “lhe”, resultando em “**e entreguei-lhe a carta**”.

7. No segmento “a toda gente que dele teve notícia” (primeiro período do quarto parágrafo), o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” em “a toda” não acarretaria prejuízo à correção gramatical do texto.
8. O uso da vírgula em “finalmente, que a liberdade era um dom de Deus” (segundo período do segundo parágrafo) é facultativo, pois separa uma expressão adverbial curta e deslocada que expressa circunstância de finalidade.
9. No trecho “antes que o digam os poderes públicos” (quarto parágrafo), o pronome “o” estabelece coesão referencial ao antecipar a fala atribuída ao escravo (“*és livre*”), funcionando como sujeito da oração.
10. No trecho “restaurar a justiça na terra” (quarto parágrafo), o verbo “restaurar” exige complemento sem preposição, razão pela qual a forma “**restaurar à justiça na terra**” seria incorreta.
11. Observa-se o uso de prosopopeia no quarto período do terceiro parágrafo.
12. A forma pronominal “dele” em “que dele teve notícia” (quarto parágrafo) estabelece coesão referencial ao retomar o termo “ato”, o que mantém a progressão textual.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

13. É vedado ao servidor do TJPA divulgar ou facilitar a divulgação de informações sigilosas obtidas em razão do cargo, ainda que o conteúdo não tenha natureza confidencial ou pessoal.
14. O servidor poderá manifestar-se publicamente em nome do TJPA, mesmo sem autorização, desde que sua fala esteja alinhada aos valores institucionais e tenha natureza opinativa.
15. É vedado ao servidor público usar a influência decorrente de sua função para obter favorecimento para si ou terceiros, mesmo que não haja prejuízo direto à Administração.
16. É conduta vedada ao servidor público deixar de empregar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance quando isso comprometer a qualidade do serviço prestado.
17. A moralidade administrativa é um princípio jurídico-constitucional de observância obrigatória, mas a ética no serviço público vai além da legalidade, pois exige que os atos também estejam alinhados à busca pelo bem comum.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO - LEI 8.112/90; LEI 8.429/92; LEI 12.846/2013 E LEI 9.784/99

Rodrigo Bet

Analise a situação hipotética para julgar os itens **18** e **19** conforme a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa):

Maria, servidora estadual responsável pela fiscalização de um contrato de prestação de serviços de limpeza, deixou de verificar que parte da equipe da empresa contratada não possuía a capacitação exigida no edital. Essa falha gerou aumento de custos para a Administração, mas não há qualquer indício de que Maria tenha agido com intenção de causar prejuízo, má-fé ou tenha obtido vantagem pessoal.

18. A conduta de Maria configura ato de improbidade administrativa por violação aos princípios da Administração Pública.
19. Para que seja possível a apuração de eventual ato de improbidade administrativa por Maria, é necessário instaurar previamente processo administrativo disciplinar no órgão em que está lotada.

20. O processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal pode ser instaurado de ofício pela Administração ou por provocação do interessado, conforme previsto na Lei nº 9.784/1999.

21. A Lei nº 9.784/1999 determina que o administrado deve estar representado por advogado em todas as fases do processo administrativo federal.

22. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a readaptação consiste na investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com limitações físicas ou mentais verificadas em inspeção médica.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PODER JUDICIÁRIO

Rodrigo Rennó

23. No setor público, o Balanced Scorecard (BSC) não substitui indicadores financeiros por indicadores exclusivamente sociais, mas integra diferentes perspectivas, incluindo resultados financeiros, processos internos, aprendizado e impacto para a sociedade.

24. A perspectiva de aprendizado e crescimento no BSC engloba a capacitação de pessoas, a melhoria de processos internos e a atualização tecnológica, sendo a base para sustentar resultados nas demais perspectivas.

25. A coerência entre objetivos estratégicos, táticos e operacionais é essencial para a execução da estratégia, e sua ausência compromete o alcance das metas institucionais.

26. O empreendedorismo governamental defende que os governos devam atuar exclusivamente como provedores diretos de serviços, evitando parcerias com organizações privadas ou do terceiro setor.

27. No contexto do empreendedorismo governamental, a competição controlada entre unidades e prestadores de serviços é utilizada como instrumento para estimular a melhoria da qualidade e a redução de custos.

28. A flexibilização administrativa e a redução da burocracia são incompatíveis com os fundamentos do empreendedorismo governamental, pois fragilizam os mecanismos de controle.

29. De acordo com a Resolução nº 325/2020, a governança no Judiciário deve ser centralizada exclusivamente na cúpula diretiva, sem necessidade de participação das unidades administrativas ou judiciárias.

30. Entre os princípios da governança previstos na Resolução nº 325/2020 estão a transparência, a prestação de contas e a responsabilização, visando fortalecer a confiança da sociedade no Judiciário.

31. A liderança transformacional busca inspirar e motivar os liderados, estimulando a inovação, o desenvolvimento pessoal e o comprometimento com a visão de futuro da organização.

32. A liderança autocrática, por ser rígida e centralizadora, é incompatível com qualquer situação organizacional e não apresenta vantagens práticas.

33. O líder transacional prioriza o desenvolvimento de habilidades emocionais e a inspiração dos liderados como principal mecanismo de motivação.

34. Na abordagem hegemônica, as ações de QVT têm caráter essencialmente preventivo, com foco na eliminação de riscos e no redesenho organizacional.

35. Um programa de QVT que modifique o mobiliário, a iluminação e a temperatura do ambiente está, segundo a literatura, alinhado às práticas da abordagem contra-hegemônica.

LEGISLAÇÃO

Emerson Bruno

36. Com base no disposto no Regimento Interno do TJ/PA, julgue:

O(A) Presidente, o(a) Vice-Presidente, o(a) Corregedor(a)-Geral de Justiça e os(as) membros(as) do

Conselho de Magistratura, quando em viagem oficial com duração de até 25 (vinte e cinco) dias, dentro do território nacional, poderão permanecer no exercício do cargo correspondente, com o auxílio de ferramentas de tecnologia da informação.

37. Acerca das competências atribuídas ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos do respectivo Regimento Interno, julgue o item a seguir:

Compete ao Vice-Presidente do Tribunal, por delegação do Presidente, apreciar a admissibilidade dos recursos destinados ao Superior Tribunal de Justiça, bem como submeter ao Tribunal Pleno as impugnações relativas aos provimentos e demais atos previstos na legislação processual.

38. De acordo com as disposições da Lei n.º 5.810/1994 do Estado do Pará, o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando junta médica oficial declara insubsistentes os motivos da aposentadoria configuram reintegração.

39. Conforme as disposições da Lei n.º 5.810/1994 do Estado do Pará, a readaptação consiste na forma de provimento pela qual o servidor, em razão de limitação de sua capacidade física ou mental, constatada mediante inspeção médica oficial, é investido em cargo que seja mais compatível com sua nova condição.

40. Conforme as disposições da Lei 8.972/2020, é de 3 (três) anos o prazo para a Administração anular os seus atos administrativos, contado da ciência do interessado na forma da lei.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

41. O Windows 11 oferece novos recursos como Snap Layouts e Snap Groups que disponibilizam novos modos para organizar janelas e apps abertos e retornar a eles mais tarde.

42. No Windows 10, existe uma série de funcionalidades e recursos de segurança nativos. Eles são incompatíveis com outras plataformas e soluções do mercado e devem funcionar de maneira única no computador, não permitindo instalações de produtos externos.

43. O Copilot é um assistente virtual do Windows que usa inteligência artificial generativa para ajudar o usuário em tarefas do dia a dia. Uma de suas vantagens é ser completamente integrado com os demais produtos da Microsoft.

44. O Word pode contar automaticamente as linhas de um documento e exibir o número apropriado ao lado de cada linha de texto, o que é útil quando se precisa fazer referências a linhas específicas de um documento, como um script ou um contrato legal.

45. O Word oferece o recurso de Nota de Fim que permite acrescentar explicações sobre determinados elementos do texto no fim da página corrente.

46. Uma Tabela Dinâmica é uma ferramenta poderosa, oferecidas em vários softwares, como o Excel, e que pode ser utilizada para calcular, resumir e analisar os dados permitindo identificar comparações, padrões e tendências nos mesmos.

47. No PowerPoint temos o efeito de animação que é um efeito visual que ocorre quando se passa de um slide para o outro durante uma apresentação.

48. O serviço de FTP deve ser utilizado apenas mediante a solicitação prévia de senha do usuário.

49. Autenticação em dois fatores é um conceito que está sendo revisto, visto que a tendência de mercado é a facilitação e diminuição de passos de acesso a sistemas.

50. O Boot é um tipo de ataque que domina a máquina do usuário e passa a utilizar a mesma para realizar ações do atacante.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

51. Julgue o seguinte item, considerando os princípios da administração pública.

Durante uma auditoria interna, foi constatado que a servidora Mariana elaborava relatórios administrativos com grande atraso e sem preocupação com a qualidade da informação prestada.

Essa conduta fere o princípio da eficiência, que exige da Administração Pública o alcance de resultados com o menor desperdício possível de recursos públicos, além da busca por desempenho e produtividade.

52. Julgue o seguinte item, considerando os princípios da administração pública.

O princípio da autotutela permite que a Administração Pública anule seus próprios atos por razões de conveniência e oportunidade, ainda que estejam em conformidade com a lei.

53. Julgue o seguinte item, considerando a organização da Administração Pública.

O Ministério da Cidadania decidiu criar uma nova Secretaria Nacional de Inclusão Digital, vinculada diretamente ao órgão ministerial, para coordenar ações em todo o país.

Essa medida caracteriza a técnica da desconcentração administrativa, que distribui competências no interior de uma mesma pessoa jurídica.

54. Julgue o seguinte item, considerando a organização da Administração Pública.

A Administração Pública indireta é composta exclusivamente por órgãos públicos sem personalidade jurídica própria, vinculados aos entes da Administração direta.

55. Julgue o seguinte item, considerando os atos administrativos.

O agente fiscal João lavrou um auto de infração ambiental nos termos e condições previamente fixados em lei, sem qualquer margem de escolha quanto à conveniência do momento ou à penalidade aplicada. Trata-se de um ato vinculado, pois todos os elementos estavam previamente definidos em lei.

56. Julgue o seguinte item, considerando os atos administrativos.

A convalidação é possível quando o vício do ato administrativo recai sobre a competência ou a forma, desde que não haja prejuízo ao interesse público nem lesão a direitos de terceiros.

57. Julgue o seguinte item, considerando os poderes administrativos.

O secretário estadual de saúde determinou à direção de uma fundação pública vinculada à pasta que anulasse determinado contrato administrativo, prerrogativa que pode ser fundamentada no poder hierárquico.

58. Julgue o seguinte item, considerando os poderes administrativos.

O poder de polícia é caracterizado por atributos como discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade, permitindo a imposição de limitações aos direitos individuais.

59. Julgue o seguinte item, considerando o controle da Administração Pública.

O controle interno é aquele exercido por um Poder sobre os atos de outro, como ocorre quando o Legislativo analisa as contas do Executivo.

60. Julgue o seguinte item, considerando a responsabilidade civil do Estado.

Carlos sofreu um acidente ao cair em uma cratera aberta e mal sinalizada durante uma obra pública municipal. Ao ingressar com ação judicial, o juiz afirmou que a responsabilidade do Município é objetiva, bastando comprovar o dano, a omissão estatal e o nexo causal, sem exigir prova de culpa.

61. Acerca do que dispõe a Lei nº 9.784/1999 (Processo Administrativo Federal), julgue o próximo item.

É vedado à Administração recusar, imotivadamente, o recebimento de documentos apresentados pelo administrado, devendo o servidor orientar quanto ao suprimento de eventuais falhas identificadas no requerimento.

62. Com base no disposto na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), julgue o item seguinte.

O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns e o critério de julgamento pode ser tanto o de menor preço quanto o de maior desconto.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito da eficácia das normas constitucionais, julgue o item abaixo.

63. O dispositivo constitucional que prescreve que lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais tem eficácia limitada e aplicabilidade indireta.

A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue os itens abaixo.

64. Os Estados-membros, no exercício de sua autonomia, a respeito das autoridades não previstas em lei federal, podem tipificar, mediante lei, crime de responsabilidade, bem como fixar as regras do processo e do julgamento.

65. É constitucional formal e materialmente lei municipal que proíbe a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos.

A respeito dos direitos de nacionalidade, cidadania e direitos políticos, conforme disposto na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens abaixo.

66. É imune ao pagamento de taxas para registro da regularização migratória o estrangeiro que demonstre sua condição de hipossuficiente.

67. Caso: Thomas, de nacionalidade alemã, residia no Brasil há 17 anos ininterruptos quando fez requerimento de naturalização. Na ocasião, afirmou não possuir condenação criminal. Ocorre que, um ano após ter adquirido a nacionalidade brasileira, em decorrência de um pedido de extradição, o Estado brasileiro descobriu que Thomas havia sido condenado na Alemanha por duplo homicídio. **Assertiva:** O Ministro da Justiça poderá anular o ato de concessão da nacionalidade brasileira a Thomas, dada a fraude no processo de naturalização.

Sobre os direitos e garantias individuais, analise os itens abaixo.

68. É constitucional o limite de vagas para candidatas do sexo feminino nas carreiras militares estaduais, em razão da natureza dos cargos e da complexidade das atribuições.

69. É incompatível com a Constituição Federal dispositivo legal que assegura aos portadores de diploma de nível superior prisão especial.

A respeito das funções essenciais à Justiça e do Poder Judiciário, analise os itens abaixo.

70. Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo legal que assegura aos membros do Ministério Público sentar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados, por violação à isonomia e ao devido processo legal.

71. Cabe à Advocacia-Geral da União prestar consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, além de representar a União, judicial e extrajudicialmente, em todas as suas demandas.

72. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, os conflitos entre entes federativos, ou entre estes e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, relacionados ao imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

Sobre a Organização dos Poderes, analise os itens abaixo.

73. O Presidente ficará suspenso de suas funções, por até 180 dias, nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal. Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente e o processo deverá ser arquivado.

74. A Assembleia Legislativa do Estado tem poderes para convocar o Presidente do Tribunal de Justiça para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

- 75.** É válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, podendo o ato de disposição ser livremente revogado a qualquer tempo.
- 76.** Empreendimentos de economia solidária constituem entes despersonalizados, não contando com personalidade jurídica.
- 77.** A inundação provocada por uma forte chuva, que vem a danificar um automóvel estacionado na garagem subterrânea, pode ser considerada um ato jurídico em sentido estrito.
- 78.** A quitação, que sempre poderá ser dada por instrumento particular, designará o valor e a espécie da dívida, o nome do devedor, ou quem por este pagou, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante.
- 79.** Os juros moratórios fluem a partir do arbitramento, em caso de responsabilidade extracontratual.
- 80.** Nos contratos civis e empresariais, a revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada.
- 81.** A responsabilidade do empregador pelo ato ilícito do seu empregado pressupõe que este tenha agido culposamente, e que a conduta danosa tenha sido praticada no exercício do trabalho, ou em razão dele.
- 82.** A nua-propriedade pode ser objeto de penhora e alienação em hasta pública, ficando ressalvado o direito real de usufruto, que é impenhorável.

83. É nulo o casamento do tutor com a tutelada, enquanto não cessada a tutela, e não estiverem saldados as contas.

84. Aplica-se à união estável contraída por septuagenário o regime da separação obrigatória de bens, comunicando-se os adquiridos na constância, quando comprovado o esforço comum.

85. A preexistência de casamento ou de união estável de um dos conviventes, ressalvada a hipótese do cônjuge separado judicialmente ou de fato, impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários, em virtude da consagração do dever de fidelidade e da monogamia pelo ordenamento jurídico-constitucional brasileiro.

86. No regime da comunhão parcial, entram na comunhão os frutos dos bens particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

87. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, julgue o item subsequente.

Em cada comarca, seção ou subseção judiciária haverá, no mínimo, tantos oficiais de justiça quantos sejam os juízos.

88. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item subsequente.

Nas demandas em que se pleiteia do Poder Público a satisfação do direito à saúde, os honorários advocatícios não podem ser fixados por equidade.

89. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item subsequente.

A realização de sessão de julgamento virtual assíncrona durante o recesso forense é válida.

90. Julgue os itens subsequentes acerca do Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública no Processo Civil.

A participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

91. Julgue os itens subsequentes acerca do Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública no Processo Civil.

A requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada.

92. Julgue o item a seguir, em relação ao incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).

Serão exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas.

93. Julgue o item a seguir, em relação à reclamação no âmbito do Código de Processo Civil.

Qualquer interessado poderá impugnar o pedido do reclamante.

94. Sobre a teoria geral dos recursos, julgue os itens subsequentes.

Os recursos, como regra, impedem a eficácia da decisão.

95. Sobre a teoria geral dos recursos, julgue os itens subsequentes.

A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.

96. Sobre os recursos em espécie, julgue os itens subsequentes.

É vedado ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno.

97. Sobre a execução e o cumprimento de sentença no Código de Processo Civil, julgue o item subsequente.

O exequente pode cumular várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes.

98. Sobre a execução e o cumprimento de sentença no Código de Processo Civil, julgue o item subsequente.

No cumprimento provisório de sentença, se o executado comparecer tempestivamente e depositar o valor, com a finalidade de isentar-se da multa, o ato não será havido como incompatível com o recurso por ele interposto.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Priscila Silveira

99. Analise a afirmativa abaixo a respeito da culpabilidade no Direito Penal.

Quando o agente, em razão de distúrbio mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de compreender o caráter ilícito do ato ou de agir conforme esse entendimento, a pena pode ser diminuída de um a dois terços.

100. No que diz respeito à ilicitude e suas excludentes, analise a afirmativa abaixo:

Aquele que possui o dever legal de enfrentar o perigo pode sempre alegar estado de necessidade.

101. Acerca dos crimes contra a pessoa, julgue o item a seguir:

Nos crimes contra a honra, a pena é aumentada de metade quando praticados na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria.

102. Analise a situação hipotética a seguir.

Ana e Carla são amigas, em um determinado dia, Carla foi visitar Ana em sua residência, e decidiram sair para fazer compras. No entanto, perceberam que não possuíam dinheiro suficiente. Diante disso, Ana sugeriu que retirassem, sem autorização, a quantia de R\$200 da bolsa de sua mãe. Carla concordou, e ambas praticaram o ato juntas. Com base nessa situação, ambas cometeram o crime de furto e deverão ser punidas criminalmente.

103. Em 26 de setembro de 2022, Luana estava em um ônibus lotado, viajando em pé devido ao número excessivo de passageiros. Em determinado momento, um homem que se dirigia à porta de saída apalpou, sem consentimento, os seios de Luana no intuito de satisfazer a sua lascívia e, em seguida, fugiu rapidamente ao descer do coletivo. O ato foi registrado pelas câmeras de segurança do veículo. Com base apenas nas informações apresentadas, é correto afirmar que Luana foi vítima de importunação sexual.

104. De acordo com o que o Código Penal estabelece quanto ao concurso de pessoas, julgue o item a seguir.

O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, em regra, são puníveis, salvo disposição expressa em contrário.

105. Carlos é servidor público e, em seu tempo livre, costuma ajudar seu irmão, Renato, em uma gráfica de pequeno porte, sem receber qualquer pagamento por isso. Em determinada ocasião, Carlos utilizou os materiais disponíveis na gráfica para imprimir dez passes de transporte público municipal, com a intenção de utilizá-los em seus deslocamentos diários entre casa e trabalho. Considerando essa conduta é possível afirmar que Carlos cometeu o crime de falsificação de papéis públicos.

106. Com base no Código Penal, julgue o item a seguir.

O peculato próprio é aquele no qual o agente, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

107. A Lei X estabeleceu que, no período de grave crise climática que acometia o país, os crimes praticados contra pessoas em situação de especial vulnerabilidade teriam a pena aumentada do triplo, independentemente do momento do julgamento

Nos termos do Código Penal, essa lei deve ser considerada lei penal excepcional.

108. O Código Penal brasileiro trata, em seu art. 7º, dos casos de extraterritorialidade, sendo esta condicionada ou incondicionada

Não são casos de extraterritorialidade incondicionada, os crimes praticados no exterior contra a vida do Ministro do Supremo Tribunal Federal.

109. Com base no Código penal, julgue o item a seguir:

Possuem natureza jurídica, respectivamente, de causa excludente de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade, o consentimento do ofendido, erro de proibição e estado de necessidade.

110. De acordo com o que o Código Penal estabelece quanto ao concurso de pessoas, julgue o item a seguir.

No caso de concorrente que quis participar de crime menos grave, a pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araújo*

111. Acerca das disposições referentes aos sujeitos do processo, julgue o item a seguir:

Caso o acusado não possua defensor, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, ressalvado o seu direito de, até a prolação da sentença, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação.

112. Acerca da revisão criminal, julgue o item a seguir:

O dispositivo do CPP que confere ao condenado capacidade postulatória autônoma para propor revisão criminal foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988.

Texto-base para os itens 113 a 116

Durante investigação instaurada para apurar suposta prática de crime de corrupção ativa, a autoridade policial representou pela realização de diligência de busca e apreensão, com a finalidade de apreender uma carta, que estaria em poder do investigado, medida deferida pelo juízo competente. Embora não houvesse requerimento do MP ou representação da autoridade policial, o Juízo decretou, ainda, a prisão preventiva do investigado, de ofício. Ultrapassado o prazo legal, o inquérito policial ainda não foi encerrado.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

113. Assertiva: a prisão preventiva pode ser decretada de ofício pelo juiz, desde que haja prova da materialidade e indícios suficientes de autoria.

114. Assertiva: a inobservância do prazo previsto em lei para a conclusão do inquérito policial com indiciado preso implica a revogação automática da prisão preventiva, sob pena de constrangimento ilegal.

115. Assertiva: os elementos informativos colhidos no inquérito policial podem fundamentar o oferecimento da denúncia, mas não podem ser utilizados isoladamente para fundamentar sentença condenatória.

116. Assertiva: a diligência de busca domiciliar poderá resultar na apreensão de cartas em poder do acusado, ainda que fechadas.

117. Acerca da ação penal e do ANPP, julgue o item a seguir:

A confissão pelo investigado na fase de inquérito policial constitui exigência do art. 28-A do Código de Processo Penal para o cabimento de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), sendo válida a negativa de formulação da respectiva proposta baseada em sua ausência.

118. Acerca da competência, julgue o item a seguir:

A competência *ratione loci* para o processo e julgamento do crime de estelionato, em qualquer de suas modalidades, será determinada pelo domicílio ou residência da vítima.

119. Acerca do *habeas corpus*, julgue o item a seguir:

No âmbito de sua competência jurisdicional, qualquer autoridade judicial poderá expedir de ofício ordem de habeas corpus, individual ou coletivo, quando, no curso de qualquer processo judicial, verificar que alguém sofre ou se acha ameaçado de sofrer violência ou coação ilegal em sua liberdade de locomoção.

120. Acerca das citações e intimações e da sentença, julgue o item a seguir:

Em se tratando de réu solto, basta a intimação da sentença condenatória ao advogado constituído, sem necessidade de intimação pessoal do réu, de forma que a intimação do defensor é suficiente para o início de fluência do prazo recursal e a certificação do trânsito em julgado.

Discursiva

Sabemos que o Poder Judiciário atravessa grave crise devido ao grande volume de processos que lotam todas as Comarcas e os cartórios do País. Com isso, tem-se a falsa ideia de amplo acesso à prestação jurisdicional por toda população nacional. No entanto, como dito, não passa de uma falsa ideia.

Em um diagnóstico detalhado sobre a atual situação do Poder Judiciário no Brasil, elaborado pelo Ministério da Justiça [1], constatou-se que “(...) o governo é o maior cliente do Poder Judiciário _ algo em torno de 80% dos processos e recursos que tramitam nos tribunais superiores tratam de interesses do governo (...)”. Podemos acrescentar que outra boa parcela dos litígios pendentes é ocasionada por pequena parcela da sociedade, que detém recursos suficientes para arcar com as despesas processuais. Assim, vê-se que a grande maioria da população fica à margem da prestação jurisdicional.

Além do grande número de processos pendentes, a morosidade do sistema judicial também pode ser atribuída às arcaicas leis processuais vigentes. Quando editado, em 1973, o Código de Processo Civil foi reconhecido mundialmente como uma “obra-prima” da técnica processualista. Seus dispositivos de rigor abstracionista levaram o CPC brasileiro ao topo da legislação processual moderna. Contudo, o culto à técnica perfeita fez com que o texto processual muito se distanciasse da realidade cotidiana, que, por sua dinâmica, exige normas mais práticas que belas.

Outro problema que pode ser apontado como gerador de inúmeros processos é a exigência do pronunciamento do Poder Judiciário para questões corriqueiras que dispensariam tal providência, como exemplo, podemos citar a necessidade de ajuizamento de ação de divórcio direto consensual, de arrolamento sumário de herdeiros maiores etc. Uma solução, visando ao desafogamento das Comarcas, seria de que essas questões fossem apenas registradas no cartório de notas.

Diante de tantos problemas, urgente era a Reforma do Judiciário, que se iniciou com a promulgação da Emenda Constitucional 45/04 e continua com a edição de várias leis que visam à alteração da estrutura infraconstitucional, como as Leis nº 11.187/05 (Nova Lei do Agravo), 11.123/05 (Nova Lei de Execução), 11.276/06 (Súmula impeditiva de recursos) etc.

A EC 45/04, entre outras novidades para melhor funcionamento da Justiça, trouxe as súmulas vinculantes, determinou a distribuição imediata dos processos, proibiu as férias coletivas nos Tribunais e previu a criação da justiça itinerante.

<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6550/Justica-itinerante>.

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
